



O CENÁRIO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E PORTUGAL

Mariana Aparecida de Almeida Laurentino¹

Carlos da Fonseca Brandão²

INTRODUÇÃO

Após período de lutas e reivindicações a construção de uma sociedade justa e democrática fez-se necessária e a escola, enquanto espaço formativo busca contribuir com essa luta. Ainda que não alcancemos totalmente a democratização nas escolas e sociedade, acreditamos e defendemos uma formação integral dos alunos, onde estes possam com conhecimento discutir, contribuir e lutar pelos seus direitos.

Uma escola que corresponda aos interesses populares não será, nunca uma escola que se limite a ensinar leitura, escrita, cálculo e outras notações elementares. Esta escola deverá ser, também, uma escola que discuta, ao mesmo tempo, o próprio conhecimento que está sendo transmitido, explicita os conceitos, os conteúdos ideológicos que estão sendo transmitidos (BEISIEGEL, 1988, p.21).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este artigo configura-se como um recorte de uma pesquisa maior de mestrado, cujo objetivo central é realizar um estudo comparativo sobre as concepções de Gestão Democrática nos normativos brasileiros e portugueses. Para este texto, objetivamos apenas apresentar e discutir as produções acadêmicas identificadas, cujas temáticas se voltam para a gestão escolar nos

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP-Marília. Professora efetiva da Educação Básica de Marília-S.P. E-mail: ma.laurentino@unesp.br.

² Pós-doutor pela Universidad Autónoma de Barcelona, pela Universitat Rovira I Virgílie pela Uppsala Universitet. Professor adjunto do Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação da UNESP - Assis e do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP-Marília, S.P. E-mail: carlos.brandao@unesp.br.



dois países.

Para identificação dos resultados realizamos uma revisão bibliográfica que “consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p.167).

Nosso interesse pela temática da gestão escolar, em especial, gestão democrática, deve-se ao compromisso que assumimos enquanto educadores em favor de uma escola pública, justa e democrática, bem como ao conhecimento e formação que desejamos “A gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola” (VIEIRA, 2007, p.64).

Realizamos a nossa busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no portal de periódicos da Capes, na base de dados da *Scielo* e *Google Acadêmico*. Os trabalhos foram filtrados inicialmente pelo título, onde reunimos um total de dezenove trabalhos e para melhor compreensão realizamos a leitura de seus resumos, de modo a ampliar nosso conhecimento acerca do objetivo e possíveis relações com a nossa pesquisa.

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL E PORTUGAL

Ao concluirmos as leituras dos resumos identificamos doze trabalhos que discutem a temática, metodologia e países em questão. No artigo de Antunes e Peroni (2017) o objetivo volta-se para análise sobre o papel do Estado, sua relação com o setor privado e o que esse fator interfere na democratização e direito à educação no Brasil e em Portugal. Os autores concluem que há um grande aumento na privatização e mercadorização da educação, onde a lógica mercantil tem grande participação.

Quanto ao artigo de Carvalho (2011) a discussão gira em torno das novas propostas de administração pública, com foco na descentralização, autonomia e participação, a qual exige um novo conceito de governação,



devido a redefinição do papel do Estado e suas práticas.

Localizamos uma dissertação, realizada por Lacerda (2018), que por meio de um estudo comparativo entre uma escola militarizada e outra não militarizada, buscou-se analisar as práticas de gestão democrática. Como resultado, destaca que nas duas escolas há indícios de democracia, porém não puderam evidenciar práticas democráticas, um dos problemas evidenciados foi a falta de participação da comunidade.

Identificamos um resumo de tese publicado por Moreira e Lara (2012) onde buscou-se apresentar um estudo comparativo das políticas de financiamento e gestão da educação básica nos dois países. As autoras concluem que as categorias pensadas sobre as duas temáticas são: "Parceria, Otimização de gastos, Responsabilidade Social, Focalização e Equidade".

No artigo de Silva (2012) o objetivo se deu pela investigação sobre o que as legislações do Brasil e de Portugal entendem por gestão escolar e qual influência a globalização tem sobre a sua elaboração. A autora conclui que no processo de globalização a gestão escolar pode estar sendo usada para favorecer a independência econômica do governo central, submetendo-se ao financiamento privado.

Com a temática gestão escolar no Brasil e Portugal, Silva (2015a) conclui que as referências utilizadas compreendem que a gestão democrática é regulada e regulamentada pelo governo central e os países estudados destacam a descentralização, participação e autonomia como elementos para a democratização das escolas.

Ainda citando a mesma autora, em seu outro artigo buscou analisar as legislações vigentes no Brasil e em Portugal que tratassem da gestão escolar. A partir da análise sobre os princípios, organização, composição e objetivos ela conclui que os normativos apresentam similaridades, gerando uma homogeneidade na prática da gestão escolar (SILVA, 2015b).

No texto de Souza e Castro (2012) sob perspectiva comparada entre Brasil e Portugal, discutem aspectos de gestão democrática da educação, ancorados na revisão de literatura e marcos jurídicos, analisando a dicotomia



entre o seu ideário e a sua efetivação. Concluem que há uma tendência de discurso de descentralização, porém observa-se somente uma prática de desconcentração de poder.

Souza e Castro (2016) consideram que a existência de inúmeras leis democráticas não garantem a democracia, já que práticas centralizadoras, autoritárias e excludentes ainda fazem parte da realidade. A democratização para os autores sofre ressignificações, pois a participação passou a ser associada a discursos políticos-normativos favorecendo a lógica gerencial neoliberal, destacam também a tendência de despolitização dos processos de autonomia e descentralização com destaque para a visão instrumental e tecnocrática.

Para Souza e Martínez (2010) sob uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal, apresentam estudos sobre gestão da educação, evidenciando algumas semelhanças e distanciamentos no que tange a municipalização e autonomia escolar, destacam alguns reflexos na gestão do currículo e avaliação, os quais possibilitam processos descentralizadores na educação em ambos os países.

CONSIDERAÇÕES

Em suma, dois aspectos são importantes para se pensar sobre as políticas educacionais “condições de implementação” e “condições políticas” muitas vezes desconsiderados pelos teóricos, porém extremamente significantes no contexto da prática, pois “Por melhores e mais nobres que sejam as intenções de qualquer gestor ou gestora, suas ideias precisam ser viáveis (condições de implementação) e aceitáveis (condições políticas)” (VIEIRA, 2007, p.59).

Nesse sentido, entendemos que as propostas pensadas em torno da educação muitas vezes não são possíveis de se concretizar, pois esbarram nas condições que Vieira (2007) destacou. Com essa ideia, nos questionamos, por qual motivo a gestão democrática nas escolas ainda configura-se como um



complicador na efetivação? Será viável e aceitável? Para esse questionamento, esperamos, buscamos e defendemos que sim.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, F.; PERONI, V. Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas. **Revista Portuguesa de Educação**. CIEd - Universidade do Minho, 2017.

BEISIEGEL, C. R. Política educacional e programas de alfabetização. In: A educação básica no Brasil e na América Latina: repensando sua história a partir de 1930. **Idéias**, 1988.

CARVALHO, E. J. G. de. **Gestão da educação**: em perspectiva comparada Brasil-Portugal. Brasil, 2011.

LACERDA, S. M. B. de. **A prática da Gestão Democrática em escolas públicas**: um estudo comparativo entre uma escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do nordeste. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

MOREIRA, J. A. da S. LARA, A. M. de B. Políticas de financiamento e Gestão da Educação Básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal. **Revista HISTEDBR On-line**, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SILVA, R. M. A Gestão Escolar no Brasil e em Portugal: os objetivos regulados em tempos de globalização. VI Colóquio Internacional - Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, 2012.

_____. Gestão democrática escolar globalizada/legalizada – um estudo entre Brasil e Portugal. **Estação Científica** (UNIFAP). Macapá, v. 5, n. 1, p. 115-125, jan./jun. 2015a.

_____. O formato da gestão democrática em escolas brasileiras e portuguesas. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, Brasil, 2015b.

SOUZA, D. B. CASTRO, D. F. Descentralização político-institucional no Brasil e em Portugal: repercussões na municipalização e gestão local da educação. **Revista da Associação de Professores de Geografia**. Plátano, 2016.

_____. Gestão Democrática da educação sob perspectiva comparada Brasil-Portugal: entre a exigência legal e a exequibilidade real. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1195-1213, out.-dez. 2012.



SOUZA, D. B. MARTÍNEZ, S. A. Gestão da Educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal: análise da produção acadêmica entre 1986-2006. **RBPAE** – v.26, n.2, p.307-324, mai./ago. 2010

VIEIRA, S. F. Política(s) e Gestão da Educação Básica: visitando conceitos simples. **RBPAE** – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.